

Diferentes faces da mesma sondagem

Paquete de Oliveira*

Quando se faz uma sondagem, pelo menos três pontos de vista e interesses se cruzam: aqueles de quem realiza a sondagem, de quem a encomendou ou mandou fazer, e de quem a lê ou comenta. Vou limitar-me à perspectiva de um comentador.

Nalguns países ocidentais da mais velha tradição democrática, caso da Bélgica, França, Itália, Inglaterra, tem estado ultimamente muito presente na imprensa da especialidade o debate sobre a necessidade das medidas regulamentares que ao Estado compete instituir e fazer cumprir face aos atropelos e abusos que nas *guerras dos números* se têm cometido, principalmente na «batalha» das audiências versus publicidade e na fixação de cotas de tempo de emissão em canais audio-visuais por exploração. Esta situação tem-se agravado com a implementação da *desestatização* dos *media* e da conseqüente liberalização do mercado das mensagens. Este problema envolve mesmo o «*marketing*» político, uma vez que com a perda dos monopólios ou domínios estatais sobre os audio-visuais, os partidos do poder começam a queixar-se. Não admira, por isso, que em breve o assunto comece a subir à tribuna dos parlamentos europeus.

Qualquer sondagem, mesmo aquela realizada com rigor metodológico e estatístico, deve ser interpretada como uma unidade, mais uma, no *corpus* das informações possíveis sobre determinado tema, problema ou situação, na certeza de que os resultados são sempre *conjunturais* e não podem, por isso, em caso algum, ser absolutizados.

Quando se interrogam pessoas acerca da sua opinião sobre isto ou aquilo, obtêm-se, fundamentalmente, indicações sobre «tomadas de posição». Mas, «tomar posição» é «fazer sinal» e uma sondagem, ou melhor, os seus resultados são sempre passado e o futuro é sempre *de vir*.¹ As sondagens falta sempre o contexto histórico da situação que predizem.² Por outro lado, as cifras apresentadas globalmente são obtidas por estimativa e respeitam a amostragens cuja correspondência às populações do universo que representam em termos demográficos, socioeconómicos, socioculturais e políticos é sempre difícil conseguir. Os resultados de uma sondagem, mais do que comentários especulativos e sensacionalistas, devem merecer considerações comedidas, embora as indicações que fornecem sejam de ter em conta. A presente

* Sociólogo. Docente do ISCTE.

sondagem não é excepção.

Conhecer ou não conhecer a NATO

Por esta sondagem, e em relação aos números absolutos apresentados, verificamos que 60,7% das pessoas *conhecem* ou *sabem* o *que é* a NATO e 39,3% *não sabem* ou *não conhecem*. Como é natural, esse grau de conhecimento é mais elevado em Lisboa (77,3 %) e na cidade do Porto (74,6%) e mais baixo na zona formada pela Guarda, Viseu, Vila Real e Bragança, onde o desconhecimento (58,9%) é superior ao conhecimento (41%). Se tentarmos, porém, aprofundar qual é o grau global de conhecimento poderemos concluir que ele é, em geral, fraco. Verificamos que 55,6% *não sabe* como tem a NATO desempenhado a sua missão em defesa do Ocidente e 39,4 % *nem sabe* qual é a primeira potência militar mundial, sendo de notar que essa ignorância, seja por zona de residência, seja por status socioeconómico, é normalmente elevada. A própria opção entre quem é a primeira potência mundial quase se divide meio por meio, pois se 31,4% indicam a URSS, 27,6% indicam os Estados Unidos.

Porém, desde logo esta questão é complexa e deixa a descoberto a extensão do *grau de conhecimento* sobre o *que é* a NATO. Evidentemente a resposta dos inquiridos *sim* ou *não* à pergunta *conhece* ou *sabe* o *que é* a NATO pode significar muito e pode não significar absolutamente nada, se por conhecer o *que é* a NATO se subentende, porventura, identificar a organização, em pouco ou muito da sua história, o seu papel, os seus ideais e objectivos, local da sua sede, o organigrama da sua estrutura ou a hierarquização da distribuição do poder, etc. etc... O mesmo se pode dizer da classificação feita a propósito do desempenho da missão da NATO, embora as pessoas tenham uma indicação muito concreta pela pergunta seguinte de que o fim principal dessa missão é a defesa do Ocidente. É interessante, de qualquer modo, observar como as pessoas comprovam a nossa suspeita de que esse *conhecer* ou *saber* é fraco, e talvez não exceda em muito a decifração da sigla, tantas vezes repetida na linguagem dos *media*, pois à pergunta de como *tem* a NATO *desempenhado* a sua *missão*, 55,6% respondem que *não sabem* e 23,7% ficam-se pelo indeciso *nem bem, nem mal*. Só 16% abertamente classificam *bem*. Estas percentagens são aliás muito próximas no grande Porto e na grande Lisboa, mas são bastante fortes nas regiões da Guarda, Viseu, Vila Real e Bragança, onde 64,9% *não sabem*, e de Faro, Santarém, Portalegre, Castelo Branco, onde 75% *não sabem*. Os valores das respostas, no seu global, permitem dizer que a reacção das pessoas ao comportamento da NATO é de

indiferença, pois a soma daqueles que não sabem e que classificam de *nem bem, nem mal* atinge os 79,3 %. Este grau de indiferença entre homens e mulheres não tem variabilidade muito significativa, pois em 43,8 % de pessoas do sexo masculino e 55,9% do sexo feminino que a sondagem entrevistou, os homens mantêm-se a um valor global de indiferença de 71,9% e as mulheres a 85,1 %, embora entre estas o grau de ignorância ou desconhecimento seja da ordem dos 50,5% quando entre os homens ele é apenas de 24,5%. Quer dizer, especulativamente ou numa «caixa» jornalística sensacionalista poderíamos escrever: metade das mulheres portuguesas não sabe o que é ou não conhece a NATO. Em relação à classe etária são, sobretudo, as pessoas mais novas (entre os 18-34 anos) quem, em maior número, *conhece* ou *sabe o que é* a NATO, 73,6%, mas também o seu grau de indiferença quanto à classificação da missão (não sabe, *nem bem, nem mal*) é enorme: 70,7%. Todavia, em relação às taxas distribuídas na observância da pirâmide etária não me parece que os dados desta sondagem sejam, francamente, sugestivos.

Em termos comparativos – enquanto o comportamento da NATO em relação a cada um dos países possa comportar diferenças, mas o que me parece é que, sobretudo, recebe interpretações diversas e desperta sensibilidades diferentes – saliente-se que classificação semelhante, numa sondagem feita aos franceses, em Abril deste ano, estes respondem que a NATO cumpriu *bem* na cifra de 48 % (contra os 16,5% dos portugueses), 26% *mal* e 26% não se pronunciam. Não obstante as diferenças de sutileza no colocar a escala de graduação, não parece forçado concluir que o grau de *indiferença* manifestado pela sondagem portuguesa é superior.³

Uma questão em aberto

Uma questão mais surpreendente, deveras significativa e por certo causa de apreensão se fosse o caso de se tratar de uma sondagem indicativa para opções ou decisões políticas – por exemplo, num contexto de referendo –, é aquela que revela que só 31,6% dos interrogados estão decididamente de *acordo* com o facto de Portugal *pertencer* ou *integrar* a NATO. É verdade que só 8,1% estão em *desacordo* mas os indiferentes e sem opinião somam uma cota alta, 60,3%. Registe-se, contudo, que este desacordo na área da grande Lisboa se cifra na ordem dos 15,7% e na área de Setúbal, Évora e Beja na dos 18,8 %, o que tem um peso significativo nos discordantes, 35,1% e 25,5% respectivamente, que são, sobretudo, os mais novos (49,9 % entre os 18-34 anos).

Parece-me que os resultados desta sondagem *comprovam* a hipótese de que as

sondagens funcionam sempre melhor para auscultar o sentido *opinativo* das pessoas do que o *grau* de *conhecimento*. Repare-se como pelos resultados apurados neste segundo grupo de questões as pessoas se definem muito mais claramente e todas as taxas do não *sabe* (desconhecimento, ignorância, sem opinião) são reduzidas. Referimo-nos à tomada de posição face às questões quentes como as relações leste-oeste, a segurança europeia, a ideia de uma Europa forte e independente, a Europa e os Estados Unidos, e a Europa versus URSS.

Aqui, há um facto novo, ou melhor uma personagem nova, que parece ter vindo alterar ou influenciar significativamente os posicionamentos das pessoas e que constitui denominador comum ou é factor subjacente às questões subsequentes. É a figura de Mikhail Gorbachev. Aliás seria curioso confrontar resultados sem ter colocado as perguntas nesta ordem (redimensionadas quanto às intenções de Gorbachev), ou seja, separar questões-chave, fluentes no imaginário das pessoas como sejam a questão nuclear, a possibilidade de uma guerra, as «boas intenções» da URSS e dos EUA, sem fazer incidir porventura a actual «imagem» de Gorbachev mediatizada pela comunicação social, talvez ainda muito em conflito com as «ideias» ou os «fantasmas» que as pessoas têm, no seu determinante «inconsciente social», sobre a União Soviética. Colocar a questão das intenções de Gorbachev no fim, só por si, poderia – defendemos nós – influenciar e, portanto, modificar os resultados, pois não é anódino o lugar da pergunta nem neutra a *actualidade imediata* dos efeitos do discurso dos *media*.⁴

Assim, registre-se que as pessoas interrogadas nesta sondagem têm uma opinião francamente positiva: muito embora 43 % figurem no indiferente não sabe, 38% entendem que as propostas de Gorbachev *pretendem* estabelecer uma paz verdadeira na Europa e só 18 % *desconfiam* e pensam que o que ele procura é enfraquecer militarmente a Europa. A positividade desta opinião – dos portugueses, dir-se-á por extensão especulativa – confirma-se em contraste com aquela que a já dita sondagem do *l'Express* atribui aos franceses, ou seja, um grau de desconfiança muito maior: 46 % pensam que Gorbachev pretende enfraquecer militarmente a Europa e só 23 % aceitam a sinceridade dos seus intentos de «estabelecer uma paz verdadeira» para a Europa. Este grau de confiança nas intenções de Gorbachev é mais ou menos idêntico por todo o país, embora talvez seja curioso anotar que na zona de Setúbal, Évora e Beja sobem para 36,2% os que pensam que tais propostas visam enfraquecer a Europa. Esse nível de fíducia nas boas intenções de Gorbachev não oscila muito conforme a faixa etária, sendo maior (42,6%) entre os mais novos. O grupo etário entre os 45-54 anos é o das pessoas que menos acreditam na *verdade*

dessa intenção. Igualmente a graduação mais elevada do nível socioeconómico dos entrevistados não faz variar a confiança, antes aumenta, nas intenções do dirigente soviético em estabelecer uma paz verdadeira na Europa.⁶

A questão das armas nucleares é colocada de modo muito dirigido: «*Se a Europa não dispusesse de armas nucleares crê que poderia garantir por muito tempo a sua segurança frente à URSS e aos países do Pacto de Varsóvia?*». O não é a opinião mais forte: 50,5% contra 28,1% que opta pelo sim e 21,3% que *não sabe*. Essa convicção sobre tal fragilidade da Europa é aliás muito acentuada na zona de Lisboa (64,3%), Faro, Santarém, Portalegre e Castelo Branco (68,2%) e Setúbal, Évora e Beja (54,4 %) .⁸

No confronto que já mais de uma vez estabelecemos com a sondagem francesa do *l'Express*⁹, esse «não» é muito mais rotundo (75%) e só 16% acreditam estar a Europa segura sem armas nucleares. Se esta diferença pode, por um lado, significar uma maior *confiança* por parte dos entrevistados portugueses, por outro, reflecte, com certeza, sensibilidades diferentes, por razões de ordem política, histórica e situação geográfica.

Uma Europa unida, uma ideia forte

A defesa comum dos países da Europa, ou seja, uma Europa unida, é uma ideia forte manifesta nos resultados desta sondagem. 63,9% afirmam o seu acordo, que na zona da grande Lisboa é muito mais acentuado (79,9 %), mas em opiniões distribuídas de igual modo, em relação às idades e estatuto socioeconómico. É uma ideia quase unânime entre os entrevistados de formação universitária, onde atinge os 85,1%, embora estes tenham um peso muito diminuto em relação à distribuição da amostra (5%), valor que corresponde ou até ultrapassa a situação do universo considerado, neste caso, o nosso país.

Todavia, nesta questão duma defesa comum europeia voltamos a ficar aquém da opinião dos franceses que, na já referida sondagem, são 88% a desejar a criação dessa defesa. Quanto ao modo como esta deveria ser organizada (se totalmente independente dos EUA, independente mas em estreita colaboração ou com a integração total dos EUA no seu sistema de defesa), a questão da total independência da Europa (22,5%) não é reafirmada, pois 48,6% das pessoas opinam pela necessidade de uma estreita colaboração com os EUA, o que se pode dizer que corresponde a colocar a realidade acima do desejo.

Não me parece forçado interpretar que, mais uma vez, nos distanciamos da Europa, ou melhor, dos franceses, não reconhecendo de modo tão claro a necessidade dessa cooperação (48 % face aos explícitos 60% da sondagem francesa), embora seja igual, ou muito próximo, o desejo de uma Europa totalmente separada dos Estados Unidos.¹⁰

As sondagens não servem apenas para auscultar e *sondar* a «opinião pública». Elas servem, sobretudo, para «formar», «dar direcção» à opinião pública. Mas é evidente que são importantes para a consideração de um tema na dimensão que o professor Borges de Macedo colocava neste espaço na primavera de 1986: «A opinião pública na História e a História na opinião pública».¹¹ A utilidade de sondagens como esta que o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais mandou realizar e coloca em debate através das páginas da sua revista, sobre questões-chave mas em períodos *frios* e não *quentes* para a sua análise reflectida, parece-me indesmentível. É num contexto destes que as sondagens podem cumprir com a necessidade de «democratizar» a «opinião pública».¹²

Notas

¹ Eric Stemmelen, «Symboliques et structures dans l'opinion publique», in *Futuribles*, Jan., 1984, pp. 65-81, p. 66.

² Jacques Antoine, «Les sondages d'opinion et l'avenir à long-terme», in *Futuribles*, Abril, 1984, pp. 54-72, p. 57.

³ Estamo-nos a referir à sondagem *l'Express* Instituto Louis Harris, realizada em Abril de 1987 reproduzida aliás no Diário de *Notícias* de 25 de Maio de 1987. Nesta sondagem o redimensionamento da escala de classificação seguida («cumpriu bem» / «cumpriu mal» / «não se pronuncia») ajudou ou obrigou as pessoas a definir-se, não permitindo, talvez, tanta indiferença. Em nota metodológica e a reforçar um posicionamento crítico face à tendência de generalizar ou universalizar os dados de uma sondagem eu diria que aqui está um exemplo de como a própria formulação do modo de inquirir dá resultados diferentes.

⁴ A este propósito Jacques Antoine, no artigo já citado, dá muitos exemplos de resultados diferentes face ao posicionamento ou forma das questões levantadas.

⁵ Cf. Sondagem *l'Express* – Louis Harris, publicada in «DN», 25.05.87.

⁶ Note-se que numa recensão de sondagens internacionais entre 1980-82 feita por

Kenneth P. Adler, em artigo publicado in UNESCO, Riss, 110/1986, pp. 631-643, sob o título «L'opinion publique en Europe Occidentale et aux Etats-Unis sur la paix, la défense et la maîtrise des armements: une perspective comparative», o autor refere que a maioria dos europeus não acreditavam na sinceridade das negociações entre os EUA e a URSS sobre a limitação dos armamentos.

⁷ Isto não contradiz o facto de entre aqueles que perfilham a opinião das pretensões de «enfraquecer militarmente a Europa» seja o escalão socioeconómico mais elevado aquele que tem maior incidência nos desconfiados (32,5%).

⁸ Todavia, devo esclarecer que me merecem reservas juntar Faro, com Santarém, Portalegre e Castelo Branco.

⁹ Sondagem *l'Express* – Louis Harris.

¹⁰ Valores da sondagem francesa em relação à portuguesa:

Totalmente independente	20%	22,5%
Independente c/ colaboração	60%	48,6%
Com integração total	10%	18,5%
Não sabe	10%	18,5%

¹¹ Borges de Macedo, «A opinião pública na História e a História na opinião pública», in *Estratégia* n.º 1, Primavera 1986, pp. 47-59.

¹² Christian Davaine e Roland Dupont «Qu'est-ce que l'opinion publique», in *Pour*, Janeiro de 1984, n.º 93, p. 6.